



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

**GRUPO DE TRABALHO CRIADO EM DECORRÊNCIA DA
APROVAÇÃO DO REQ n.º 66, DE 2024 – CAE, COM O OBJETIVO
DE AVALIAR PERIODICAMENTE A FUNCIONALIDADE DO
SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL**

PLANO DE TRABALHO

Grupo de Trabalho criado em decorrência da aprovação do REQ n.º 66, de 2024 – CAE, com o objetivo de avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, através da análise dos projetos de lei que regulamentarão a PEC aprovada da reforma tributária.

Brasília, agosto de 2024.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

**GRUPO DE TRABALHO CRIADO EM DECORRÊNCIA DA
APROVAÇÃO DO REQ n.º 66, DE 2024 – CAE, COM O OBJETIVO
DE AVALIAR PERIODICAMENTE A FUNCIONALIDADE DO
SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL**

Presidente: Senador Vanderlan Cardoso

Coordenador: Senador Izalci Lucas

COMPOSIÇÃO

- 1 - SENADOR VANDERLAN CARDOSO
- 2 – SENADOR IZALCI LUCAS
- 3 - SENADOR EFRAIM FILHO
- 4 - SENADOR ORIOVISTO GUIMARÃES
- 5 - SENADOR ALAN RICK
- 6 - SENADORA MARGARETH BUZETTI
- 7 - SENADORA PROFESSORA DORINHA
- 8 - SENADORA TEREZA CRISTINA
- 9 - SENADOR ALESSANDRO VIEIRA
- 10 - SENADORA SORAYA THRONICKE
- 11 - SENADOR LAÉRCIO OLIVEIRA
- 12 - SENADOR ÂNGELO CORONEL
- 13 - SENADOR EDUARDO GOMES
- 14 - SENADORA DAMARES ALVES
- 15 - SENADOR FERNANDO DUEIRE
- 16 – SENADOR ROGÉRIO CARVALHO

1. INTRODUÇÃO

A Emenda Constitucional (EC) nº 132, de 2023, denominada reforma tributária, alterou, significativamente, o Sistema Tributário Nacional ao revogar a Contribuição para o PIS, a Cofins, o ICMS e o ISS e criar o Imposto Seletivo (IS) e o IVA Dual, composto pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). A promessa de mudar a realidade tributária brasileira, conhecida por sua complexidade, burocracia e altos índices de litígio, com o intuito de torná-la mais simples, eficiente e consensual permeou o debate e atraiu apoio político, culminando em sua aprovação e promulgação, após décadas de espera.

Durante a tramitação da PEC, sempre manifestei minha divergência. Nunca fui contra a reforma tributária, mas contra o texto que foi aprovado. Sou contador e sei que essa reforma não resultará na simplificação nem na redução de burocracia proclamadas. Ao contrário, a convivência dos novos tributos com aqueles que serão extintos durante o período de transição ampliará a complexidade tributária no Brasil.

Além disso, não haverá a neutralidade tributária anunciada, pois muitos setores sofrerão aumento significativo de carga tributária. O resultado será aumento de arrecadação às custas de empregos e investimentos privados sem qualquer contrapartida aos contribuintes. De fato, o que se vê, em nosso País, é a imposição de uma alta carga tributária associada ao desperdício de recursos sem que os cidadãos brasileiros consigam usufruir de serviços públicos de qualidade, inclusive os mais básicos, como saúde e educação.

Não obstante, diante das mudanças constitucionais realizadas, cabe a nós, agora, discutir a regulamentação dos novos tributos e garantir que os efeitos deletérios sejam mitigados. Infelizmente, a redação atual do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68, de 2024, não parece contemplar nossas preocupações. Diversos representantes de segmentos econômicos já estão manifestando o descontentamento com o crescimento da carga tributária que sofrerão. Entre eles, posso citar o setor imobiliário, cujo aumento poderá ser superior a 50% da carga atual, o que impactará na oferta de imóveis e, conseqüentemente, ampliará o déficit habitacional.

Nesse sentido, exalto a iniciativa do Senador Vanderlan Cardoso, Presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), de criar esse Grupo de Trabalho (GT), por meio do Requerimento nº 66/2024-CAE. A relevância do tema e os impactos sociais e econômicos que o PLP

nº 68/2024 provocará demandas uma discussão aprofundada e cautelosa sobre os assuntos mais sensíveis com a participação de todos, Senadoras e Senadores, sociedade civil, União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Também agradeço ao Senador Vanderlan Cardoso pela confiança depositada em mim ao indicar-me como Coordenador do GT, responsável por elaborar um plano de trabalho com a descrição das audiências públicas que serão realizadas e, ao final, propor um relatório consignando as conclusões do GT a partir das exposições dos convidados, o qual será apresentado ao relator do PLP nº 68, de 2024, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Portanto, submeto este plano de trabalho a esta Comissão descrevendo os temas que serão abordados nas audiências públicas e os respectivos convidados. Sugerimos que as discussões aconteçam às terças-feiras pela manhã durante as reuniões regimentais da Comissão de Assuntos Econômicos (com exceção do dia 28 de agosto, quarta-feira), mas nada impede que nós Senadores estabeleçamos outro dia específico para debatermos especificamente a Reforma Tributária. É importante destacar que a aprovação deste documento não impede que sejam acatadas sugestões adicionais de temas e expositores que, certamente, as Senadoras e os Senadores farão.

2. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

- i. No dia 13 de agosto, proponho que o debate se inicie a partir de uma “apresentação do PLP nº 68, de 2024, seus aspectos gerais e a garantia de não elevação da carga tributária (neutralidade da reforma): eficácia dos mecanismos constitucionais e legais asseguradores do não aumento da carga tributária”, e os convidados são:
 - **Bernard Appy**, Secretário Extraordinário da Reforma Tributária no Ministério da Fazenda (Sert);
 - **Robinson Sakiyama Barreirinhas**, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil (RFB);
 - **Mauro José Silva**, Presidente da Unafisco Nacional – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil;
 - **Aécio Prado Dantas Júnior**, Presidente do Conselho Federal de Contabilidade;
 - **Felipe Scudeler Salto**, Economista-chefe e sócio da Warren Renascença;

- **Carolina Brasil Vasques**, Presidente Mulheres no Tributário e Mestranda em Direito Tributário Puc/SP;
 - **Lina Santin**, Mestre e Doutoranda em Direito Tributário, Advogada e Professora.
- ii.** Em 20 de agosto, falaremos sobre “não-cumulatividade plena da CBS e do IBS (art. 156-A da CF/88) e as indevidas restrições veiculadas pelo PLP n.º 68/2024 (art. 28, §2º, I e art. 30, exemplificativamente). O mecanismo do *splitpayment* (“pagamento dividido”), com os seguintes expositores:
- **Hugo de Brito Machado Segundo**, Doutor em Direito, Advogado e Professor da Universidade Federal do Ceará;
 - **André Mendes Moreira**, Doutor em Direito, Advogado e Professor da USP;
 - **Melina Rocha**, Consultora internacional e especialista em IVA;
 - **Roni Peterson de Brito**, assessor do Gabinete da RFB;
 - **Aécio Prado Dantas Júnior**, Presidente do Conselho Federal de Contabilidade;
 - **Representante da Fenacon** – Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis.
- iii.** Em 27 de agosto, nos debruçaremos sobre o impacto da reforma tributária (PLP 68/2024) sobre a cadeia produtiva da construção civil, desde o loteamento ao imóvel pronto, e as consequências sobre o déficit habitacional no Brasil” com os seguintes convidados (Req. CAE 91/2024):
- **Ely Wertheim**, Presidente Executivo do Secovi São Paulo;
 - **Renato Correal**, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC);
 - **Caio Portugal**, Presidente da Associação das Empresas de Loteamento Urbano (AELO);
 - **Luis França**, Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc);
 - **Fernanda Foizer Silva**, Embaixadora das Mulheres no Tributário, Sócia do Wilfrido Advogados e Mestranda em Direito Tributário pelo IBDT.
- iv.** Em 28 de agosto, faremos a discussão sobre a “Tecnologia e Inovação na Reforma Tributária”, com os seguintes debatedores.

- Representante da Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação - Federação Assespro;
 - Representante da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e de Tecnologias Digitais – Brasscom;
 - Representante da Federação Nacional das Empresas de Informática (Fenainfo);
 - Representante da Associação Brasileira de Empresas de Software – ABES;
 - Representante da Associação Brasileira de Internet – Abranet;
 - Representante da Associação Brasileira das Autoridades de Registro – AARB.
- v. Em 3 de setembro, debateremos o impacto da reforma tributária (PLP 68/2024) no setor de comércio e serviços:
- Representante da ABAD - Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores;
 - Representante da ABRAS - Associação Brasileira de Supermercados;
 - Representante da ABRASEL - Associação Brasileira de Bares e Restaurantes;
 - Representante da AFRAC - Associação Brasileira de Tecnologia para o Comércio e Serviços;
 - Representante da ANAMACO - Associação Nacional Comerciantes Material Construção;
 - Representante da CACB - Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil;
 - Representante da CNDL - Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas;
 - Representante da GS1 Brasil - Associação Brasileira de Automação;
 - Francine Fachinello, Advogada Tributarista e Mestranda em Direito Tributário Puc/SP.
- vi. Na data de 10 de setembro, trataremos de “*cashback* (‘dinheiro de volta’) e Cesta Básica Nacional” com os seguintes participantes:
- **Eduardo Fleury**, Economista e Advogado;
 - **Rodrigo Octávio Orair**, Diretor de Programa da Sert;
 - **Representante da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS)**;

- **Giovanni Padilha**, Subsecretário Adjunto da Receita Estadual do Rio Grande do Sul.
- vii. Em 17 de setembro, o assunto será “Regimes Aduaneiros Especiais, ZPEs e Regime de Bens de Capital” com os convidados a seguir:
- **Liziane Angelotti Meira**, Doutora em Direito, Professora e Auditora Fiscal da SRFB;
 - **Solon Sehn**, Doutor em Direito, Professor e Advogado;
 - **Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)**;
 - **Representante da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB)**;
 - **Dr. Menndel Macedo**, Diretor Jurídico da Câmara Brasil Ásia (CBA).
- viii. No dia 24 de setembro, lidaremos com os “Regimes Diferenciados e Específicos” e os convidados são:
- **Mailson da Nóbrega**, Ex-ministro da Fazenda;
 - **Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)**;
 - **Representante da Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde)**;
 - **Representante do Fórum Brasil Educação**.
 - **Daniel Loria**, Diretor de Programa da Sert;
 - **Renato de Sousa Correia**, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC);
 - **Luiz Antonio Nogueira de França**, Presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (ABRAINC);
 - **Rodrigo Maia**, Diretor-Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF);
 - **Ana Cláudia Utumi**, Doutora em Direito Tributário pela USP, Advogada e Professora;
- ix. Na data de 1º de outubro, abordaremos “o Simples Nacional, a Zona Franca de Manaus e as Áreas de Livre Comércio” com os seguintes expositores:
- **João Bosco Gomes Saraiva**, Superintendente da Zona Franca de Manaus (Suframa);
 - **Heleno Torres**, Professor Titular de Direito Financeiro da USP;
 - **Décio Lima**, Presidente do Sebrae;

- **Tatiana Lacerda Prazeres**, Secretária de Comércio Exterior.
- x. No dia 8 de outubro, discutiremos o “Imposto Seletivo” com os convidados:
- **Denise Lucena**, Procuradora da Fazenda Nacional;
 - **José Maria Arruda de Andrade**, Doutor em Direito e Professor da USP;
 - **Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)**;
 - **Márcio Holland**, Professor da FGV;
 - **Instituto Brasileiro do Jogo Responsável (IBJR)**;
 - **Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL)**;
 - **Dr. Menndel Macedo**, Diretor Jurídico da Câmara Brasil Ásia (CBA).
- xi. Em 15 de outubro, a matéria será “Transição e Fiscalização” com a participação de:
- **Camila Tapias**, Diretora Executiva do projeto Mulheres do Tributário;
 - **Marcus Pestana**, Diretor Executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI);
 - **Manoel Nazareno Procópio**, Diretor de Programa da Sert;
 - **Ana Paula Sampaio Silva Pereira**, Secretária Geral da Secretária-geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU);
 - **Susy Gomes Hoffmann**, Doutora em Direito Tributário pela PUC-SP, Advogada, Professora Ibet e Apet, Ex Vice-Presidente do Carf.

Por fim, no dia 22 de outubro, apresentaremos nosso relatório.

Sala da Comissão,

Senador IZALCI LUCAS